

Saul Tourinho Leal
Eduardo Lourenço Gregório Júnior
Coordenadores

Prefácio
Ricardo Lewandowski

A CONSTITUIÇÃO CIDADÃ E
O DIREITO TRIBUTÁRIO

Estudos em homenagem ao
Ministro Carlos Ayres Britto

Belo Horizonte

FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

2019

© 2019 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

| | |
|---|---------------------------------------|
| Adilson Abreu Dallari | Floriano de Azevedo Marques Neto |
| Alécia Paolucci Nogueira Bicalho | Gustavo Justino de Oliveira |
| Alexandre Coutinho Pagliarini | Inês Virginia Prado Soares |
| André Ramos Tavares | Jorge Ulisses Jacoby Fernandes |
| Carlos Ayres Britto | Juarez Freitas |
| Carlos Mário da Silva Velloso | Luciano Ferraz |
| Cármem Lúcia Antunes Rocha | Lúcio Delfino |
| Cesar Augusto Guimarães Pereira | Marcia Carla Pereira Ribeiro |
| Clovis Beznos | Márcio Cammarosano |
| Cristiana Fortini | Marcos Ehrhardt Jr. |
| Dinorá Adelaide Musetti Grotti | Maria Sylvia Zanella Di Pietro |
| Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>) | Ney José de Freitas |
| Egon Bockmann Moreira | Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho |
| Emerson Gabardo | Paulo Modesto |
| Fabrizio Motta | Romeu Felipe Bacellar Filho |
| Fernando Rossi | Sérgio Guerra |
| Flávio Henrique Unes Pereira | Walber de Moura Agra |

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luis Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do *e-mail* editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

| | |
|------|---|
| C758 | A Constituição Cidadã e o Direito Tributário: estudos em homenagem ao Ministro Carlos Ayres Britto / Saul Tourinho Leal, Eduardo Lourenço Gregório Júnior (Coord.). – Belo Horizonte : Fórum, 2019. 508p.; 17 cm x 24 cm ISBN: 978-85-450-0678-7 1. Direito Constitucional. 2. Direito Tributário. I. Leal, Saul Tourinho. II. Gregório Júnior, Eduardo Lourenço. III. Título. CDD: 341.2 CDU: 342 |
|------|---|

Elaborado por Daniela Lopes Duarte – CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

LEAL, Saul Tourinho; GREGÓRIO JÚNIOR, Eduardo Lourenço (Coord.). *A Constituição Cidadã e o Direito Tributário*: estudos em homenagem ao Ministro Carlos Ayres Britto. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 508p. ISBN 978-85-450-0678-7.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

| | |
|----------------------------------|----|
| Ricardo Lewandowski | 15 |
|----------------------------------|----|

APRESENTAÇÃO

| | |
|---------------------------------|----|
| Saul Tourinho Leal | 17 |
|---------------------------------|----|

A TRIBUTAÇÃO E A LIVRE CONCORRÊNCIA NA CONSTITUIÇÃO DE 1988

| | |
|---|----|
| Agostinho do Nascimento Netto | 25 |
| 1 Notas introdutórias..... | 25 |
| 1.1 O espírito da Constituição de 1988..... | 25 |
| 1.2 As críticas à Constituição de 1988..... | 26 |
| 1.3 1989 e os seus impactos para a ordem constitucional nascida em 1988..... | 27 |
| 2 Os reflexos da Constituição de 1988 sobre o direito tributário..... | 28 |
| 3 Um vislumbre da compreensão constitucional tributária do Ministro Ayres Britto..... | 29 |
| 3.1 O Ministro Ayres Britto e o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.588 (ADI nº 2.588)..... | 30 |
| 3.2 O Ministro Ayres Britto e o julgamento da Medida Cautelar em Ação Cautelar nº 1.657 (AC nº 1.657 MC)..... | 33 |
| 4 Neutralidade na tributação..... | 37 |
| 5 A eficiência do mercado..... | 40 |
| 6 Tributação e concorrência na Constituição de 1988 a partir da Emenda Constitucional nº 42, de 2003..... | 41 |
| 7 Conclusões..... | 43 |

O TEMA DO VOTO DE QUALIDADE NOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS E A INUSITADA FIGURA DA SUSPEIÇÃO POR PRESUNÇÃO NO DIREITO TRIBUTÁRIO E ADMINISTRATIVO APLICADO BRASILEIRO

| | |
|--|----|
| Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy | 45 |
| O homenageado..... | 45 |
| O voto de qualidade no Carf e os limites do problema..... | 46 |
| A inexistência de <i>suspeição por presunção</i> no direito brasileiro..... | 48 |
| A <i>suspeição do voto de qualidade</i> é improcedente à vista de decisões que reconhecem a pretensão do contribuinte..... | 52 |
| Os precedentes do Superior Tribunal de Justiça e de Tribunal Regional Federal em favor do <i>voto de qualidade</i> | 53 |
| Conclusões..... | 57 |
| Referências..... | 57 |

ELUSÃO LEGISLATIVA DA CONSTITUIÇÃO NO DIREITO TRIBUTÁRIO

| | |
|---|----|
| Carlos Alexandre de Azevedo Campos | 59 |
| 1 Introdução..... | 59 |
| 2 Estudo de caso e delimitação do objeto..... | 60 |
| 2.1 A Lei nº 18.371/2014, do estado do Paraná..... | 61 |
| 2.2 A ADI nº 5.282/PR..... | 62 |
| 3 A <i>elusão</i> da Constituição pelo legislador tributário | 63 |
| 3.1 Configuração da <i>elusão</i> tributária..... | 63 |
| 3.2 <i>Elusão</i> legislativa da Constituição..... | 67 |
| 3.2.1 Fraude à Constituição | 68 |
| 3.2.2 Abuso ou desvio do poder de legislar..... | 72 |
| 3.3 <i>Elusão</i> legislativa, Estado Democrático Fiscal e limitações constitucionais ao poder de tributar..... | 76 |
| 3.4 <i>Elusão</i> legislativa, interpretação constitucional e ativismo judicial..... | 78 |
| 4 A <i>elusão</i> da Constituição pelo legislador paranaense..... | 80 |
| 4.1 A fraude à Constituição pelo legislador paranaense..... | 80 |
| 4.2 O abuso de poder pelo legislador paranaense | 85 |
| 4.3 A violação direta à isonomia como implicação da ruptura do sistema..... | 90 |
| 5 Conclusão..... | 91 |

OBSERVÂNCIA DOS TRATADOS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA: PERSPECTIVAS DE MUDANÇA?

| | |
|---|-----|
| Carlos Eduardo Caputo Bastos, Ana Carolina Andrada Arrais Caputo Bastos | 93 |
| 1 Introdução..... | 93 |
| 2 A opção do legislador constituinte | 94 |
| 3 Análise da jurisprudência do STF | 96 |
| 3.1 A jurisprudência do STF antes da CF/88..... | 96 |
| 3.2 A jurisprudência do STF após a CF/88..... | 98 |
| 4 Casos tributários pendentes de julgamento no STF | 100 |
| 4.1 RE nº 460.320/PR (caso Volvo)..... | 100 |
| 4.2 RE nº 870.214/DF (caso Vale)..... | 102 |
| 5 CPC/15: nova regra geral de conflito no direito brasileiro | 105 |
| 6 Tratados em matéria tributária: normas supraleais? | 106 |
| 7 O papel do STF e do STJ na aplicação dos tratados em matéria tributária | 107 |
| 8 Conclusões..... | 110 |
| Referências..... | 111 |

SÚMULA Nº 70 DO STF, SANÇÃO POLÍTICA E ÉTICA CONCORRENCIAL: CONTRIBUIÇÃO DO MIN. CARLOS AYRES BRITTO À SEDIMENTAÇÃO DE UM DOS PILARES DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

| | |
|---|-----|
| Claudio Xavier Seefelder Filho, Rogério Campos | 113 |
| I Introdução..... | 113 |

| | | |
|-----|---|-----|
| II | Preâmbulo – Considerações gerais: (i) da necessidade de um regime especial a regular a atividade de produção de cigarros no país; (ii) da correta interpretação do princípio da livre iniciativa..... | 114 |
| III | Da inaplicabilidade das súmulas nºs 70, 323 e 547 do STF e da proporcionalidade e da razoabilidade da cassação do registro especial..... | 125 |
| IV | Conclusão..... | 128 |

LIMITES À LIBERDADE DO CONTRIBUINTE NO PLANEJAMENTO FISCAL

| | |
|---|-----|
| Donovan Mazza Lessa | 131 |
| 1 Introdução..... | 131 |
| 2 Planejamento tributário, elisão e evasão fiscal | 132 |
| 3 Combate à evasão fiscal: simulação e dissimulação | 135 |
| 4 Instrumentos de combate à elisão fiscal | 137 |
| 5 Fundamentos teóricos do combate à elisão fiscal | 140 |
| 6 O sistema constitucional brasileiro e a vedação à analogia: limites ao combate do planejamento fiscal | 144 |
| Referências | 159 |

INAFASTABILIDADE DA INTERVENÇÃO JUDICIAL EM QUESTÕES TRIBUTÁRIAS – DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS CONTRIBUINTE

| | |
|---|-----|
| Eduardo Lourenço Gregório Júnior | 161 |
| 1 Introdução..... | 162 |
| 2 O <i>judicial review</i> como fator necessário à democracia brasileira | 164 |
| 2.1 A força normativa da Constituição e sua centralidade no ordenamento jurídico .. | 164 |
| 2.2 A importância das questões tributárias para os momentos históricos que levaram a Constituição à centralidade do ordenamento jurídico | 166 |
| 2.3 O contraponto ao <i>judicial review</i> e o insucesso do argumento que refuta a análise consequencialista | 169 |
| 2.4 A situação brasileira e a indispensabilidade do <i>judicial review</i> | 171 |
| 3 Necessidade do <i>judicial review</i> em questões tributárias por estas serem vinculadas à preceitos fundamentais – Conflito de normas constitucionais..... | 173 |
| 4 Conclusão..... | 176 |
| Referências | 176 |

UMA ANÁLISE ACERCA DA INCIDÊNCIA DO ISS SOBRE SERVIÇOS EXECUTADOS EM PLATAFORMAS MARÍTIMAS

| | |
|--|-----|
| Eduardo Maneira, Marcos Correia Piqueira Maia | 179 |
| 1 Introdução..... | 179 |
| 2 As faixas de mar inerentes à plataforma continental e à zona econômica exclusiva não integram o território nacional | 180 |
| 3 Da impossibilidade de se exigir o ISS sobre os serviços prestados na plataforma continental e na zona econômica exclusiva em face da inexistência de lei complementar..... | 188 |
| 4 O ISS sobre os serviços prestados em águas marítimas deve ser recolhido para o local do estabelecimento formal do prestador | 192 |
| 5 Conclusão..... | 195 |

A CONSTITUIÇÃO DE 1988, NA PERSPECTIVA DAS FINANÇAS PÚBLICAS E DA TRIBUTAÇÃO

| | |
|---|-----|
| Everardo Maciel | 197 |
| 1 A CF/88, no plano abstrato, não fez bem às finanças públicas | 198 |
| 2 A CF/88, também no plano concreto, não fez bem às finanças públicas | 198 |
| 3 O insubsistente federalismo fiscal..... | 200 |
| 4 Mudanças tributárias mais relevantes introduzidas pela CF/88 | 202 |
| 4.1 Reprodução exacerbada, no âmbito tributário, da índole analítica da Constituição..... | 202 |
| 4.2 Instituição de um novo modelo para o ICM (atual ICMS)..... | 204 |
| 4.3 Eliminação da integração entre os processos tributários administrativos e judiciais | 208 |
| 5 À guisa de conclusão..... | 210 |

UM TESTE PARA A HIGIEDEZ DE NOSSO SISTEMA JURÍDICO TRIBUTÁRIO: A QUESTÃO DA PERDA DE VALIDADE DA CONTRIBUIÇÃO DA LC Nº 110/01 (O CHAMADO ADICIONAL DO FGTS)

| | |
|---|-----|
| Flavio Eduardo Silva de Carvalho | 211 |
| 1 Introdução..... | 211 |
| 2 Contexto fático, normativo e jurisprudencial..... | 212 |
| 2.1 A origem da controvérsia | 212 |
| 2.2 O “grande acordo social” | 212 |
| 2.3 O julgamento do STF – O que restou definido? | 214 |
| 3 A nova questão a ser apreciada pelo STF..... | 217 |
| 4 Um novo teste para nosso sistema jurídico tributário | 218 |
| 4.1 A proteção da confiança legítima | 218 |
| 4.2 Proibição da desconfiança institucionalizada..... | 227 |
| 4.3 Os riscos para nosso sistema jurídico tributário | 228 |
| 4.3.1 A posição da doutrina e da jurisprudência quanto ao elemento finalístico como critério de validação das contribuições tributárias | 228 |
| 4.3.2 Como saber se a finalidade da contribuição ao FGTS foi atingida?..... | 231 |
| 4.3.3 A inconstitucionalidade por mudança da destinação | 232 |
| 5 Conclusões..... | 236 |
| Referências | 238 |

FUNÇÕES DO ORÇAMENTO NA CONSTITUIÇÃO FINANCEIRA

| | |
|--|-----|
| Helene Taveira Torres | 241 |
| 1 Unidade da Constituição Financeira e orçamento público | 241 |
| 2 Conceito constitucional de orçamento público e suas funções democráticas na Constituição Financeira | 242 |
| 2.1 Função de limitação legislativa para realização de despesas – Proibição de conduta diversa e parametricidade obrigatória | 245 |
| 2.2 Função de planejamento (orçamento-programa, performance ou funcional)..... | 247 |
| 2.3 Função de transparência orçamentária..... | 251 |

| | | |
|-----|---|-----|
| 2.4 | Função de efetividade de direitos e liberdades fundamentais | 254 |
| 2.5 | Função de controle | 255 |
| 3 | Relação entre lei orçamentária anual e aquelas institutivas das despesas..... | 256 |
| 3.1 | O controle de constitucionalidade do orçamento pelo STF como lei material | 257 |
| 4 | Considerações finais..... | 259 |

INTERPRETAÇÃO DAS REGRAS DE IMUNIDADE – IMUNIDADE DAS RECEITAS DECORRENTES DE EXPORTAÇÃO E A EXPORTAÇÃO INDIRETA

| | |
|---|-----|
| Jimir Doniak Jr. | 263 |
| I Considerações gerais sobre as imunidades | 264 |
| II Proposta de percurso para interpretação das regras de imunidade, adotando-se precedentes do STF..... | 267 |
| III Imunidade às receitas decorrentes de exportação e as exportações indiretas..... | 275 |
| IV Conclusão final..... | 283 |

DA INTERPRETAÇÃO À ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA: AS ARMADILHAS DO ESSENCIALISMO

| | |
|--|-----|
| José Maria Arruda de Andrade | 285 |
| 1 Introdução..... | 285 |
| 2 Alguns dos desafios relacionados ao tema | 287 |
| 3 Pontos de partida teóricos..... | 288 |
| 3.1 Os “jogos de linguagem”, o “seguir uma regra” e a gramática na obra de Wittgenstein. A crítica da linguagem como representação | 288 |
| 3.2 Teoria da argumentação jurídica. Argumentos de motivação e argumentos de justificação | 294 |
| 3.3 Teoria epistemológica <i>versus</i> análise epistemológica. Retorno ao debate filosófico da análise gramatical (Wittgenstein) | 296 |
| 3.4 <i>Layout</i> dos argumentos na argumentação jurídica | 298 |
| 3.5 Armadilhas e perigos do consequencialismo jurídico e o difícil debate em torno da teleologia jurídica..... | 303 |
| 4 Conclusões..... | 304 |
| Referências | 306 |

O IMPOSTO SOBRE GRANDES FORTUNAS: DA IMPRECISÃO LEGISLATIVA A UM POSSÍVEL INSTRUMENTO DE ALCANCE DA JUSTIÇA FISCAL

| | |
|--|-----|
| Lucas Mariano | 309 |
| 1 Introdução..... | 309 |
| 2 Afinal, o que vem a ser grande fortuna? | 310 |
| 2.1 Montante financeiro mínimo para a incidência do Imposto sobre Grandes Fortunas | 311 |
| 2.1.2 Hipótese de tributação apenas sobre pessoas físicas..... | 314 |
| 2.1.3 Hipótese de tributação apenas sobre pessoa jurídica..... | 317 |
| 2.1.4 Hipótese de tributação sobre pessoa física e pessoa jurídica | 318 |
| 3 Os projetos de lei complementar nºs 202/1989 e 277/2008 | 319 |
| Referências | 325 |

EMPRESAS ESTATAIS E IMUNIDADE TRIBUTÁRIA: UMA BREVE
 RELEITURA DOS VOTOS DO MINISTRO AYRES BRITTO RELATIVOS AOS
 ARTS. 150, INCS. II E VI, ALÍNEA "A", E 173, §2º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

| | |
|--|-----|
| Luís Carlos Martins Alves Jr. | 327 |
| 1 Introdução..... | 327 |
| 2 O estatuto jurídico-constitucional das empresas estatais | 332 |
| 3 O estatuto constitucional das imunidades tributárias | 337 |
| 4 Manifestações do Ministro Ayres Britto..... | 342 |
| 5 Conclusões..... | 345 |
| Referências..... | 346 |

A SEGURANÇA JURÍDICA E A PROTEÇÃO À CONFIANÇA EM MATÉRIA
 TRIBUTÁRIA

| | |
|--|-----|
| Marcus Vinicius Furtado Coêlho | 347 |
| 1 Introdução..... | 347 |
| 2 As garantias tributárias constitucionais | 349 |
| 3 Ativismo judicial..... | 354 |
| 4 Considerações finais..... | 358 |
| Referências..... | 359 |

SEGURANÇA JURÍDICA E MODULAÇÃO DOS EFEITOS

| | |
|--|-----|
| Paulo de Barros Carvalho | 361 |
| 1 Palavras introdutórias..... | 361 |
| 2 Núcleo semântico do sobreprincípio da segurança jurídica | 363 |
| 3 O primado da segurança jurídica no tempo..... | 365 |
| 4 Aplicação prospectiva de conteúdos decisórios e a modulação dos efeitos de decisões jurisdicionais..... | 367 |
| 5 Retroatividade como desvalor perante a estrutura do sistema jurídico brasileiro. | 370 |
| 6 Conclusões..... | 372 |

OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS CONTRIBUINTES NA ERA DA TROCA
 INTERNACIONAL DE INFORMAÇÕES TRIBUTÁRIAS

| | |
|--|-----|
| Rebeca Drummond de Andrade Müller e Santos | 375 |
| 1 Introdução..... | 375 |
| 2 A troca internacional de informações tributárias..... | 376 |
| 2.1 Um panorama do desenvolvimento da troca de informações..... | 376 |
| 2.2 As ferramentas para a troca de informações internacionais | 380 |
| 2.3 O cenário brasileiro | 382 |
| 3 Panorama dos direitos fundamentais dos contribuintes no contexto da troca de informações tributárias..... | 385 |
| 4 Considerações finais..... | 390 |
| Referências..... | 391 |

SISTEMA TRIBUTÁRIO E DEMOCRACIA SOCIAL

| | |
|--|-----|
| Ricardo César Mandarinho Barretto | 393 |
|--|-----|

| | |
|--|-----|
| Histórico..... | 397 |
| O sistema atual..... | 399 |
| O imposto sobre transações financeiras..... | 401 |
| Regressividade – Inocorrência – Compensação com outros impostos..... | 406 |
| Preservação do pacto federativo..... | 406 |
| O pensamento de Adam Smith – Compatibilidade..... | 407 |
| Conclusão..... | 409 |
| Referências..... | 410 |

CONTRIBUIÇÕES DO EMINENTE MINISTRO AYRES BRITTO AO DESENVOLVIMENTO DO CAMPO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO: O CASO DA AMERICAN VIRGINIA

| | |
|--|-----|
| Rodrigo Senne Capone, Marcos Aurélio Pereira Valadão | 413 |
| 1 O caso American Virginia x União..... | 414 |
| 1.1 Descrição sucinta da gênese do caso..... | 414 |
| 1.2 O problema jurídico e o desdobramento dos julgamentos..... | 415 |
| 1.3 Argumentos proferidos no decorrer da apreciação dos processos..... | 416 |
| 2 Relevantes questões jurídicas suscitadas nos julgamentos..... | 418 |
| 2.1 Uma breve análise das funções do tributo – A extrafiscalidade..... | 419 |
| 2.2 O cancelamento do registro especial: sanção política?..... | 422 |
| 2.3 Limites à livre iniciativa: um Estado paternalista?..... | 423 |
| Referências..... | 428 |

O AMICUS CURIAE NAS DECISÕES TRIBUTÁRIAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

| | |
|---|-----|
| Saul Tourinho Leal | 429 |
| Introdução..... | 429 |
| 1 Conceito..... | 430 |
| 2 O <i>amicus curiae</i> no direito comparado..... | 431 |
| 3 <i>Amicus curiae</i> como <i>litiganting amicus</i> | 434 |
| 4 <i>Amicus curiae</i> perante o STF..... | 439 |
| 5 A influência do <i>amicus curiae</i> nas decisões tributárias do STF..... | 441 |
| Conclusão..... | 446 |

AS LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR, AS RAZÕES DE ESTADO E A MODULAÇÃO DE EFEITOS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA

| | |
|--|-----|
| Saulo Mesquita | 449 |
| 1 Introdução..... | 449 |
| 2 Estado Social vs. Estado Fiscal..... | 450 |
| 3 Das limitações constitucionais ao poder de tributar..... | 452 |
| 3.1 Princípio da legalidade tributária..... | 454 |
| 3.2 Princípio da anterioridade..... | 455 |

| | | |
|-----|--|-----|
| 3.3 | Irretroatividade da lei tributária..... | 456 |
| 3.4 | Princípio da igualdade..... | 457 |
| 3.5 | Princípio da capacidade contributiva..... | 457 |
| 3.6 | Vedação à tributação confiscatória..... | 458 |
| 3.7 | Liberdade de tráfego de pessoas e bens..... | 458 |
| 3.8 | Imunidades e isenções..... | 459 |
| 4 | Razões de Estado e argumentos de necessidade..... | 460 |
| 5 | Da modulação de efeitos em matéria tributária..... | 462 |
| 6 | Conclusão..... | 467 |
| | Referências..... | 468 |

A IMUNIDADE TRIBUTÁRIA DAS EMPRESAS PRIVADAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS

| | | |
|-------|--|-----|
| | Valter de Souza Lobato, Tiago Conde Teixeira | 471 |
| 1 | Introdução..... | 471 |
| 2 | As imunidades tributárias..... | 471 |
| 2.1 | A natureza das imunidades tributárias..... | 471 |
| 2.2 | A imunidade recíproca e seu alcance..... | 476 |
| 2.3 | O julgamento dos recursos extraordinários nºs 594.015 e 601.720..... | 480 |
| 2.3.1 | Recurso Extraordinário nº 594.015/SP..... | 480 |
| 2.3.2 | Recurso Extraordinário nº 601.720/SP..... | 482 |
| 2.4 | A interpretação sistemática da imunidade recíproca pelo STF..... | 483 |
| 3 | As concessões aeroportuárias..... | 485 |
| 3.1 | A concessão e a natureza do serviço aeroportuário..... | 485 |
| 3.2 | O que são os serviços aeroportuários?..... | 488 |
| 4 | A aplicação da imunidade recíproca para as concessionárias administradoras de aeroportos..... | 491 |
| 4.1 | A violação ao pacto federativo..... | 495 |
| 4.2 | Da ausência de base de cálculo para a cobrança do IPTU..... | 496 |
| 4.3 | A imunidade recíproca para as áreas do complexo aeroportuário destinadas às atividades acessórias..... | 497 |
| 4.4 | A imunidade recíproca da Infraero..... | 501 |
| 5 | Considerações finais..... | 502 |
| | Referências..... | 502 |
| | SOBRE OS AUTORES | 505 |